

Está praticamente esgotado o tema ligado à visita do Presidente Obama ao Brasil, de tanto que já se falou e escreveu sobre isso.

No entanto, vale a pena assinalar alguns pontos ligados ao setor rural, que não foram totalmente iluminados, começando com o discurso da Presidente Dilma Rousseff, que deixou claro os itens que afetam o agronegócio brasileiro. Foi direto aos pontos: tarifas sobre o etanol e sobre o suco de laranja, abertura para carnes e açúcar, subsídios para o algodão: ela foi objetiva na defesa dos interesses legítimos do campo que vêm sendo discutidos há anos, sem resultado.

Por outro lado, embora os discursos do presidente norte-americano tenham sido mais protocolares – e assim mesmo positivos, sobretudo quando assinalou a posição estratégica do Brasil como parceiro dos Estados Unidos no cenário global – os dois líderes assinaram 10 acordos bilaterais que podem representar avanços importantes para os produtores brasileiros:

- na área da energia foi ratificado o interesse de ação conjunta em terceiros países, assinado em 2007 por Lula e Bush, estabelecendo as bases para a produção do etanol na América Central e no Caribe. Ainda neste capítulo, a parceria firmada para o uso de biocombustíveis na aviação é alvissareira: já temos no Brasil o avião agrícola Ipanema movido à etanol, e a idéia é o seu uso em aviões maiores.

- na área da educação, o MOU entre a CAPES e a Fundação Fulbright para o Programa de Diálogos Estratégicos pode dar bons frutos a longo prazo.

Mas sem dúvida o ponto mais relevante foi a assinatura do Acordo de Comércio e Cooperação Econômica entre os dois países.

O texto é muito animador. Na exposição de motivos que embasa o Acordo está enfatizado:

...“Levando em conta a conveniência de reduzir as barreiras não tarifárias e os subsídios que distorcem o comércio, a fim de facilitar o incremento do comércio...”

É uma forte afirmação de interesses. Pena que fique apenas nas “barreiras não tarifárias”, o que limita o alcance do Acordo para etanol e suco de laranja, por exemplo. Mas reduzir subsídios distorcivos de mercado é excelente! Outra das considerações: “... Desejando incrementar o envolvimento de seus setores privados no comércio bilateral e em questões de investimento...” Trata-se de uma boa oportunidade a nossos empresários.

Mas o mais significativo do Acordo está na criação da Comissão Brasil-Estados Unidos com o objetivo de ampliar a cooperação econômica e comercial bilateral. Neste documento se afirma que a Comissão “promoverá a remoção de obstáculos desnecessários ao comércio bilateral e ao investimento, particularmente no campo regulamentar”.

E no anexo do Acordo, que define os assuntos a serem enfrentados, estão consideradas as “medidas sanitárias e fitossanitárias” e as “barreiras técnicas ao comércio...”

Em suma, houve uma concreta manifestação de vontade de mudar.

Lá na roça a gente diz que quando não se quer resolver um assunto, cria-se uma comissão. Ou, então, que grupo de trabalho bom é o de 3 pessoas: uma que fica doente, outra que falta e a terceira que faz tudo. Seja como for, a bola agora está conosco.

Temos que agitar essa Comissão levando aos nossos representantes os interesses do setor privado que devem ser resolvidos.

É bem verdade que tudo isso vai depender da aprovação do Congresso Americano, onde o lobby agrícola é poderoso.

Estamos cansados de negociar acordos com o Executivo americano e, depois do acordado, o Congresso veta a decisão. Isso tira um pouco da expectativa, mas assim mesmo, é um avanço considerável.

Por último, resta um comentário. Não apareceu em nenhum noticiário o interesse brasileiro em eleger o ex-ministro José Graziano da Silva para o cargo de Diretor Geral da FAO, em eleição que será realizada no mês de junho.

Parece que perdemos a oportunidade de defender esta candidatura que, apoiada pelos Estados Unidos, terá grande chance de sucesso. Já que não houve um compromisso firme quanto a um posto no Conselho de Segurança da ONU, a FAO nos interessa mais...

**\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**